

O caminho das letras: literatura e política na Bahia do século XX

The path of letters: literature and politics in the 20th Century in Bahia

Paulo Santos Silva

UNEB – Brasil



Resumo: Trata das relações entre política e literatura na Bahia durante o século XX. Destaca a trajetória dos “homens de letras” e a importância das redações dos jornais como espaços de formação intelectual e literária. Enfoca obras de escritores baianos da segunda metade do século XX que fizeram das questões políticas temas centrais de suas narrativas romanescas. Na Bahia, os literatos desempenharam papéis de destaque em atividades partidárias. As práticas de escrita assumiram função política mediando as condutas dos indivíduos que se envolveram nos debates acerca de questões de interesse coletivo ou de segmentos específicos, explicitando pontos de tensão e seus desdobramentos. No recorte aqui proposto, história, literatura e política associam-se aos conceitos de memória individual e coletiva, imaginário e poder.

Palavras-chave: Literatura; Política; Jornalismo

Abstract: This article discusses the relations between politics and literature in the 20th Century in Bahia. It highlights the trajectory of “men of letters” and the importance of the newspaper editorial rooms as places for intellectual and literary formation. It focuses on Bahian writers works that used political issues as main themes in their Romanesque narratives in the second half of the 20th Century. In Bahia, literary men played important roles in party politics. Writing practices undertook a political role by mediating the conducts of people who were involved in debates on collective or individual interest issues and emphasizing the tensions and its developments. In this article, history, literature and politics are associated to the concepts of individual and collective memory, imaginary and power.

Keywords: Literature; Politics; Journalism

E se recordo esta experiência da juventude, recordo para que sirva de exemplo – para que os jovens que desejam fazer literatura saibam que o áspero caminho da literatura é ela mesma, só ela mesma, a literatura.

LUIZ HENRIQUE DIAS TAVARES, 1972.

No Brasil, as relações entre literatura e participação política podem ser identificadas em diferentes circunstâncias. Não raras vezes, os “homens de letras” interferiram no curso dos acontecimentos, tornando-se, em alguns casos, seus protagonistas. Na Bahia, práticas políticas e literárias estiveram estreitamente associadas ao longo do século XX. Este artigo propõe-se a mostrar, com base em alguns romances selecionados de um quadro mais amplo, a centralidade das questões políticas e da própria literatura na prosa de ficção baiana.

Desde as primeiras manifestações literárias ocorridas na Bahia, já no início do século XX, verificou-se o comprometimento do texto ficcional com questões de natureza nitidamente social e política num exercício de interpelação direta da realidade. Esse traço acentuou-se em determinadas conjunturas, como nos anos 1930, quando se manifestou certo “hibridismo” na composição dos escritos, no âmbito do chamado “romance de 30”, em que se revelou a combinação entre ensaio histórico-sociológico e ficção.

Ao tempo que se tentava produzir literatura, adotava-se como tema as condições de sua produção e as perspectivas no universo das letras. *O País do carnaval* (1931), de Jorge Amado, é nucleado por preocupações desta ordem, o que pode ser visto também em *Setembro não tem sentido* (1968), de João Ubaldo Ribeiro. Os dois romances ocupam-se da vida boêmia e literária que se articulava em torno das redações dos jornais soteropolitanos. A biografia da quase totalidade dos intelectuais da Bahia durante o século XX inclui dados acerca da atuação deles em todos os níveis do jornalismo, destacando-se as dificuldades encontradas.

“Eu sempre quis ser escritor. Ser historiador foi resultado da atividade docente”. Esta afirmação foi feita pelo historiador Luiz Henrique Dias Tavares, em 2006, ao completar oitenta anos.¹ A declaração refere-se a um desejo – o de ser escritor – que esteve presente em muitos intelectuais baianos ao longo do século XX. Tomada em perspectiva histórica, a declaração diz bastante, pois condensa uma conduta comum àqueles que, na Bahia, se destacaram como “homens de letras”.

Alcançar lugar de destaque no universo das letras constituiu-se em objetivo a ser atingido por significativo número de indivíduos que adquiriram diplomas de curso superior na Bahia durante o século XX. A medicina e a advocacia ou a magistratura eram exercidas por diplomados que se preocupavam com o bem-escrever, o que tornava comum referir-se às “letras médicas” e às “letras jurídicas”.

Ao analisar a obra de Pedro Calmon, *História da literatura bahiana* (1949), Jorge de Souza Araújo flagrou este traço contextual:

Esta *História da literatura*, de PC [Pedro Calmon], deveria antes chamar-se *História da inteligência baiana*, tal o zelo do historiador em ampliar o *corpus* de seu estudo, com apreensão de sentidos *literários* na produção de tudo que tivesse letra de forma, das teses médicas defendidas na Faculdade de Medicina aos postulados de economia e de administração, política e jurisprudência operados por baianos aqui nascidos ou radicados (ARAÚJO, 2006: 12).

Era motivo de envaidecimento e orgulho para essa pequena comunidade de bacharéis em medicina e direito poder discorrer sobre qualquer assunto de natureza social e histórica, além de ocupar-se das matérias de suas formações específicas. Os discursos de recepção e posse na Academia de Letras da Bahia configuram uma evidência bastante significativa de como se plasmava e se legitimava o perfil de um letrado baiano.

O amplo painel apresentado por Jorge Araújo, em *Floração de imaginários: o romance baiano no século 20* (2008), mostrou que a Bahia no período de cem anos contou com soberba safra de escritores e obras. Assim, pode-se constatar que vários indivíduos foram além do mero desejo de ser escritor. Inscreveram seus nomes no universo das letras, mesmo que suas obras tenham permanecido numa solitária primeira edição de poucos exemplares sem jamais ter sido objeto de reconhecimento por leitores ou por segmentos da crítica especializada.

Além de ficção, muitos escreveram crítica literária, artigos em jornais e ensaios de natureza histórica e sociológica. Ser polígrafo era uma das ambições legítimas daqueles que faziam parte da vida intelectual da Bahia nas primeiras décadas do século XX. Aqueles que escreviam, não importando o gênero de texto, consideravam-se “homens de letras” e assumiam o papel de letrados com a convicção de que eram diferenciados e, portanto, credenciados para tarefas mais amplas do que o exercício das letras. A forma ensaística e os investimentos literários funcionaram não apenas como meio de se expressar, mas também como estratégia para conquistar espaços sociais públicos e construir carreiras políticas.

A trajetória dos “homens de letras” começava no curso secundário, ocasião em que se ensaiavam as primeiras crônicas, contos e poemas. Antes de alcançar os cursos de nível superior, os pretendentes à carreira literária buscavam empregar-se nas redações dos periódicos de Salvador. Os indivíduos que viviam no interior iniciavam-se na imprensa local, colocando-se a serviço de chefes políticos, pleiteando, em seguida, indicação para trabalhar nos jornais da capital.

Nas escolas secundárias e nas redações dos jornais formavam-se as teias das relações pessoais que facilitariam o surgimento de grupos literários. Estes, por sua vez, contribuíram para que alguns se decidissem pela carreira nas letras. A profissão de escritor revelava-se, porém, arriscada por não assegurar a sobrevivência. As escassas oportunidades de publicação conduziram muitos a procurar apoio nos grupos dirigentes ou conciliar os sonhos de poeta e romancista com um emprego público. Sem perspectivas promissoras no universo das letras em âmbito local, interrompia-se a carreira ou saía-se do estado em busca de melhores condições no Rio de Janeiro e em São Paulo onde o ambiente intelectual mostrava-se mais favorável. É o que alega, por exemplo, Hermes Lima (1902-1978), ao se referir às dificuldades de editar no “cenário provinciano”. Em razão da escassez de leitores, os editores não costumavam se arriscar: “Além disso, na tarefa dispersiva de ganhar o pão de cada dia, perdia-se o melhor de cada um, a vocação frustrava-se, mirrava-se o ardor” (LIMA, 1974: 18). Assim, abandonava-se o projeto ou buscava-se outra praça presumivelmente mais

¹ *A Tarde Cultural*, 21/01/2006, p. 03.

favorável ao negócio das letras. Por razões semelhantes, Jorge Amado (1912-2001) alega ter deixado a Bahia:

Deixei a Bahia indo para o Rio de Janeiro em 1930: eu tinha dezoito anos e queria ser escritor. Naquela época imaginar-se um escritor, um profissional como eu começava a ter ideia de me tornar, era impossível na Bahia (RAILLARD, 1990: 19).

A despeito das dificuldades, não foram poucos os baianos que buscaram avançar pelos caminhos das letras. Muitos dos romancistas baianos que permaneceram no estado escreveram obras nas quais as questões políticas, em diferentes matizes e perspectivas, assumiram o primeiro plano, explicando e interpretando momentos decisivos do processo político nacional e suas formas de configuração em âmbito local. Os autores e obras que se seguem, destacados de um conjunto mais amplo, explicitam parte do quadro aqui proposto.

Começamos com Guido Guerra (1943-2006). O conjunto de sua produção ficcional expressa o desconforto de se viver sob um regime político discricionário, sem descambar para o panfleto de denúncia ou para a instrumentalização da obra literária. Sua atuação como escritor coincidiu com o período em que o Brasil viveu o regime de 1964. Uma de suas primeiras publicações – *Dura realidade, contos* – data de 1965. Até o fim do regime, manteve uma produção em que o mergulho nos aspectos mais subjetivos da experiência individual articulou-se com questões políticas. Em seus escritos ficcionais, o indivíduo universal dialoga permanentemente com o contexto.

Os textos do romancista aproximam-se de procedimentos literários adotados por seus contemporâneos da “geração literária de 64”. O fazer literário dessa “geração” tornou-se, no seu tempo, objeto de reflexão crítica no interior da própria literatura. Sérgio Sant’Anna em *Um romance de geração*, ao ocupar-se da análise da condição do romancista sob a ditadura militar e do papel da literatura naqueles anos, leva o narrador que protagoniza a novela a se pronunciar de forma categórica: “A Geração de 64 é aquela que produziu obras a partir da ditadura militar, ponto” (SANT’ANNA, 2009: 79). Em larga medida, Guido Guerra pode ser observado sob este enquadramento. Experimentos formais e conteúdo político, em aberto confronto com a ordem estabelecida, são as marcas mais contundentes em seus romances aqui considerados.

Flagra-se a dimensão de universalidade da obra de Guido Guerra em diversos momentos de sua produção. Este traço não elimina, porém, a referência aos contextos singulares em que o indivíduo se encontra subjugado por poderes que o sufocam. As narrativas reunidas em *As aparições do Dr. Salu e outras histórias*, escritas entre

1972 e 1980, funcionam nesta perspectiva. Em um dos contos aí enfeitados – *Deus tem cordas no coração* (1980) –, o universo dos excluídos da história aparece na figura do louco ou de uma outra razão que não encontra espaço no interior da ordem supostamente racional. Os conflitos entre a razão do louco e a razão do poder vigente resolvem-se pelo emprego da força. Em seu uso, desnuda-se de maneira obscena a impostura dos poderes, sobretudo dos pequenos poderes que agem sobre os que estão fora dos critérios da razão autoritária. A impostura fica patente na falta de sentido com que se oprime e se humilha. No conto, narra-se a trajetória de um louco que vive nas ruas, remexendo lixo ou “à cata das esperanças perdidas” com seu cão vira-lata, a quem ama e sente-se por ele amado. Certo dia, vê-se compelido a entregar seu animal para a carrocinha, cujo destino é o sacrifício. Ao ser interpelado por um soldado, escancara-se a dolorosa imagem do confronto entre a impotência dos desvalidos e a prepotência do poder. O “meganha” aparece, ameaça, constrange e humilha a um indivíduo que se considera “ninguém”:

Ele estava a mascar chicletes, assim como uma vaca ruminando, riu e, quando acabou de rir me perguntou onde eu morava. Eu disse que não tinha endereço, morava em qualquer parte, dormia em qualquer calçada, sonhava em qualquer banco de jardim e que, fazendo frio, eu me esquentava em meu cão, ele em mim e, eu disse, sem meu cão, eu era eu sem um pedaço de mim. Então, ele puxou o cassetete e o esfregou em minhas fuças e me perguntou se eu queria caçar dele (GUERRA, 1981: 11).

O soldado não tolera as justificativas do louco para permanecer com o cão. Tem de ser levado pela carrocinha. A intimidação prossegue:

[...] ele me emberturou pela gola e me levantou do chão, iria mais ele, algemado como criminoso, para a outra banda do mundo, a Colônia Correccional de Pedra Preta onde, quem entra, apodrece lá [...] (GUERRA, 1981: 12).

Junta mais “meganhas”. Então o despropósito da razão se escancara: “O meganha, que tinha esfregado o cassetete nas minhas fuças, chamou os outros de parte e caminharam todos. Novamente em fila, para a carrocinha, onde cada um tomou seu lugar e, inclusive o que tinha me destrutado [...]” (GUERRA, 1981: 13). No desfecho, a dramaticidade da situação de opressão e da impossibilidade de resistência faz pensar no fenômeno da repressão policial onde quer que ele tenha se verificado, mas remete ao Brasil do regime militar com o qual o romancista estava em aberto confronto e tecia a crônica de seus efeitos, um dos quais era a exorbitância do aparelho

policia! hipertrofiado em a!o sobre as mais inofensivas exist!ncias.

A pol!tica aparece no conjunto das narrativas sob o ponto de vista daqueles que n!o est!o no controle do poder e que, portanto, sofrem as consequ!ncias de estarem em posi!o de subalternidade. Certa atmosfera de fragilidade acompanha as cinco hist!rias articuladas em torno do conto que centraliza a obra e define sua tem!tica: a fragilidade do indiv!duos e de seu mundo. No conto *As apari!o!es de Dr. Salu na Terra de Santa Luz*, o narrador combina passado e presente no cotidiano de pessoas que se encontram em deslocamento entre o sert!o e o litoral, processo no qual a mem!ria ! convocada como mediadora para salvaguardar continuidades que v!o se quebrando. As apari!o!es do Dr. Salu, al!m de exerc!cio de resgate de uma mem!ria de fam!lia em decad!ncia, operam na narrativa como registro de um tra!o forte na forma!o da sociedade brasileira: o apelo ao sagrado para amenizar as dificuldades da vida cotidiana e suprir car!ncias dos homens simples na luta pela sobreviv!ncia material e espiritual.

Os temas que perpassam as obras de Guido Guerra est!o postos nesse livro de hist!rias curtas com todos os ingredientes que aparecem em outros escritos do autor. Constitui, portanto, uma amostra abreviada de elementos que aparecem de forma mais ampliada e com maior !nfase no conjunto de sua produ!o, sugerindo uma constru!o coerente e articulada em torno de um n!cleo comum de quest!es. A dimens!o memorial ! uma constante em cada livro, seja de cr!nicas e contos ou em romances. A reflex!o pol!tica ! sua diretriz, tend!ncia mantida em *Percegonho c!u azul do sol poente* (1976) e em *Lili Passeata* (1978).

No primeiro desses romances, o narrador executa um mergulho na trajet!ria de um sujeito que se dedica !s letras, desde jovem at! a vida adulta, quando se encontra em franca decad!ncia, f!sica e intelectual. Trata-se de uma biografia feita com base no que relembra o personagem, sempre !s voltas com as frustra!o!es em sua carreira de escritor, iniciada em um peri!dico chamado *Gazeta da Prov!ncia*. Guido Guerra, com o protagonista da trama, Percegonho, recomp!s, com cores fortes, as condi!o!es que muitos intelectuais baianos oriundos do jornalismo experimentaram em suas estr!ias no mundo das letras: redator, revisor, tip!grafo, impressor. Assim vivia Percegonho, “escondido, juntando seus tipos, os mesmos do come!o, compondo seus textos, projetando seus sonhos, impressos e vivos, e mais vivos, muito mais” (GUERRA, 1976: 6).

Jogando criativamente com as pausas, a velocidade da narrativa n!o compromete o tempo lento da mem!ria da personagem, cuja vida ! contada do nascimento ! morte. Opera-se, assim, um encontro entre o hist!rico e o sociol!gico, gerando certa faixa de interse!o reveladora

de como se construiu o mundo das letras na Bahia, espa!o sociocultural e pol!tico onde se deu a forma!o liter!ria de Guido Guerra. O romance reflete sobre o exerc!cio das letras nas condi!o!es de um ambiente adverso em que os talentos costumavam se frustrar em raz!o da falta de oportunidades. Salvo aquelas duramente constru!das pelos interessados, cujas for!as tendiam a ser consumidas no viver est!ril e a perder for!a e capacidade de resist!ncia ! mesquinharia reinante, estimulada pelo contexto de uma ditadura militar.

Perseguido, presos v!rias vezes pela pol!cia pol!tica e exilado durante dez anos pelo governo de um pa!s sob ditadura, Percegonho exhibe as cicatrizes que chamam a aten!o para a necessidade da mem!ria dos crimes cometidos pelos poderes aos quais sua na!o se encontrava submetida. Nem o pa!s nem a cidade onde vive Percegonho tem nome. Seu regime pol!tico n!o possui marcos cronol!gicos expl!citos. Ainda assim, a singularidade da situa!o fica estabelecida pela caracteriza!o realista das situa!o!es vividas pelo pequeno n!cleo de figuras que se movimentam em torno de Percegonho e de sua vida em franca decomposi!o.

A degrada!o da personagem ! a de sua na!o. Fatores externos e internos se conjugam para conferir espessura ! trama e ! representa!o das quest!es lan!adas. A aus!ncia de localiza!o no tempo e no espa!o sugere a a universalidade do drama existencial e pol!tico vivido por Percegonho, que pode com propriedade ser encontrado em qualquer pa!s da Am!rica Latina durante grande parte do s!culo XX. A amargura e o desalento da personagem transportam para o interior da narrativa os impasses da democracia latino-americana.

Os temas e os dispositivos formais que estruturaram *Percegonho c!u azul do sol poente* foram reconfigurados no romance *Lili Passeata*. Em larga medida, se completam, sem incorrer em insufici!ncias, faltas ou excessos. Neste romance Guido Guerra amplia a imagem que jamais deixou de cruzar os caminhos das letras na Bahia: aquela do tr!nsito regular do jornalismo pol!tico para o liter!rio. Novos sujeitos sociais s!o delineados e seus conflitos postos em evid!ncia, deixando claro que mudan!as significativas ocorreram na estrutura da sociedade, na natureza de seus conflitos e no perfil e horizonte dos protagonistas em confronto. Trata-se ainda da pol!tica, mas de acordo com as novas perspectivas que o final do s!culo colocava nos limites de um pa!s submetido a uma ditadura e num estado que foi palco do repetido jogo das oligarquias locais. !, em consider!vel medida, a imagem da crise destas, j! que a obra p!e em cheque valores que estruturam a fam!lia olig!rquica ao ressaltar os novos espa!os e pap!is da mulher no final do s!culo XX, em Salvador. Trata-se tamb!m de um romance urbano, com tempos e espa!os da cidade, mesmo que se percebam as

marcas do mundo rural e patriarcal que a capital da Bahia ainda preservava.

Investindo na jocosidade, Guido Guerra, em *Lili Passeata*, sugere um quadro da sociedade soteropolitana no qual a mulher emerge como expressão das mudanças em curso. O romance funciona como registro capaz de proporcionar leituras historiográficas das lutas políticas na Bahia e da participação das mulheres naquele processo de enfrentamento do regime militar. O inventário das palavras e a descrição de comportamentos de parcela significativa da juventude de Salvador, além da crítica ao Regime Militar, faz de *Lili Passeata* um registro elucidativo do processo de mudanças vivenciado na Bahia dos anos 1970.

A centralidade da política dissolvia-se nos escritos de Guido Guerra à medida que o regime militar dava sinais de que não havia como resistir às forças que lhe faziam oposição. Sua prosa, convém ressaltar, não vivia em função do regime, embora este tenha se convertido em um dos alvos dos seus livros mais importantes. É o que se nota em *Ela se chama Joana Felicidade*, livro publicado em 1983, reunindo duas novelas. A primeira, “*O sorriso dos mortos*” e a segunda intitulada “*O santo rosto de papel*”. As duas têm como tema a vida privada de gente simples e comum. A política entra apenas como referência tangencial. Mesmo assim, fica claro que, em algum momento, os acontecimentos políticos interferiram de forma direta na vida das personagens.

As duas novelas reunidas em *Ela se chama Joana Felicidade* abordam a decadência física e mental. A primeira, “*O sorriso dos mortos*”, ocupa-se do indivíduo diante da morte em consequência de um câncer, às voltas com a decisão de se matar para abreviar o sofrimento inevitável. Trata, portanto, do drama de um doente e de um suicida.

Na segunda novela, “*O santo rosto de papel*”, o tema da loucura é tratado sob recortes temporais e espaciais precisos. O tempo e o lugar arrastam para o centro da novela as dimensões sociais e políticas, em perspectiva coletiva, mesmo que a narrativa se desenvolva em torno do drama existencial de uma única personagem, dona Júlia, nos limites de um casebre. Ela é assim apresentada: tem 67 anos, reside no bairro dos Alagados e encontra-se sentada em uma cadeira de balanço olhando o pôster do Papa pendurado na parede. Tem um rádio de pilha no colo e escuta a notícia da confirmação da vinda do João Paulo II à Bahia. Conforme o noticiário, ele visitará sua comunidade, uma favela erguida sobre um mangue em que os assoalhos dos barracos são lambidos pelas águas do mar quando sobe a maré. Pela porta da loucura dona Júlia instala-se na grande história a partir de seu pequeno universo de palafitas para dialogar com o mais reputado líder religioso católico do século XX.

O olhar pelo microscópio, tanto em uma novela como na outra, acentua o traço realista das narrativas, combinando recursos canônicos da prosa de ficção com outros empregados pelo jornalismo e pela dramaturgia. Sob este aspecto, os textos configuram uma síntese do próprio Guido Guerra como escritor de múltiplas linguagens.

A primeira novela conta a história de João Bispo e de Joana Felicidade, sua esposa. Tipos pitorescos, situações bizarras, instantâneos do cotidiano e descrições das condições materiais de vida, entrecortam a narrativa, compondo uma representação em que se pode perceber como viviam as camadas populares e médias na Bahia da metade do século XX. João Bispo é chamado de doutor, porque bacharel. Tem telefone e uma empregada doméstica, chamada Zefa: “Mulata, magra, cintura fina, ancas largas, blusa branca, calça preta, os olhos vermelhos” (GUERRA, 1984: 16). A descrição do ambiente completa a representação:

O quarto: armário embutido à direita, criado-mudo à esquerda. Ao pé da cama, rente à parede, o televisor a cores e, ao lado, a penteadeira, o vidro rachado ao meio. Sobre a cama, o morto, ainda de pijama, grená com estrelinhas brancas: já não tem pimpão à testa, careca, o bigode branqueando, as unhas marcadas de nicotina. Tinha cinquenta anos, um metro e setenta e cinco centímetros, sessenta e quatro quilos, dez mil cruzeiros na carteira e, nela, sob o plástico transparente, o retrato da mulher e um bilhete sem data, letra firme, emoção contida (GUERRA, 1984: 17).

A descrição do morto e do ambiente do quarto, além de introduzir a imagem da decadência (“vidro rachado ao meio”), delimita o tempo da narrativa, próximo do tempo da escrita, pela descrição dos utensílios domésticos (“televisor a cores”), quadro que se completa com a indicação das condições sociais e dos horizontes políticos da personagem sugeridos pelos demais objetos enumerados: “Deixou, sobre o criado-mudo, a corrente de ouro, a medalha de Santa Rita dos Impossíveis, a caneta Parker-51, o anel de bacharel, a aliança e a vassourinha de Jânio, sua última atitude política” (GUERRA, 1984: 17).

Em um dos seus últimos livros, *Vila Nova da Rainha Doida* (1998), Guido Guerra realiza uma síntese do conjunto de sua obra ficcional. O rural e o urbano retornam, unidos pelo fio da política, assegurando coerência ao reagrupamento de temas antes abordados pelo romancista em obras autônomas e de maior fôlego narrativo. Trata-se de um livro de contos em que o autor retoma as histórias curtas e as desenvolve com a agilidade dos textos de jornais, sem prejuízo da densidade e da riqueza da linguagem. Guido Guerra desliza seu olhar das cidadezinhas sertanejas aos centros urbanos mais agitados, fazendo ver um século de história.

A política continua como referência na maior parte das curtas histórias que conta. O dado central, porém, que confere unidade aos textos, é a temática da decadência e a presença da morte. Decadência de modelos de sociedade e a morte de chefes de clãs e de lideranças políticas de corte patriarcal. O mundo rural e seus protagonistas são vistos como forças que perderam posição de mando e aparecem delineadas sob a marca do risível. Caricaturas de potentados locais, com seus jagunços, se somam às imagens de viventes miúdos que sempre integraram a rede de dependentes do vasto sertão da Bahia. Seus modos de viver e sobreviver são repassados. O trágico e o cômico são realçados para compor um retrato do país, a partir da Bahia, sob uma temporalidade longa, que pode comportar toda a história do Brasil república e sua política oligarcoronelistica.

Tanto o mundo dos coronéis, com seus traços mais toscos, quanto o contexto dos últimos anos do Regime Militar de 1964 são tratados nesses contos com ironia e certo desprezo pelo que houve de mais danoso à democracia, porém com evidente compromisso com a memória política da experiência vivida naqueles anos. A distância entre o tempo da narrativa e o da escrita se encurta ao máximo ao tratar, em um dos contos, do tumultuado governo Collor e de sua queda. Aí o narrador cede ao lirismo ao traçar o perfil da juventude “carapintada” do início dos anos 1990.

Na Bahia das letras, a participação política nem sempre contribuía para avançar nas pegadas literárias. Às vezes, atrapalhava, levando aqueles que almejavam tornar-se escritores a manifestar angústia e ressentimento pelos descaminhos. É o caso do historiador Luiz Henrique Dias Tavares (1926), que dividiu seus afazeres intelectuais entre a pesquisa histórica, a literatura e a militância, durante a juventude nos anos 1950, no Partido Comunista do Brasil (PCB), conforme confessou:

Tenho um pouco de piedade pelo jovem que jogou fora a sua adolescência. Tomo o direito, porém, de compreendê-lo, já agora não somente invocando o quadro da época, mas, também, o conflito interior de um menino que se considerava feio, que desejava ser contista e romancista e que não encontrava apoio e estímulo. Repetindo, pois, uma declaração que fiz em dezembro de 1963, quero dizer que a minha passagem pela militância extremista de esquerda – na redação de um jornal orientado pelo partido comunista – foi um engano, um equívoco e uma tortura espiritual. Eu sei os meus dias de jovem falando sozinho pelas ruas, em longas discussões comigo próprio; eu sei meus anos perdidos. E se recordo esta experiência da juventude, recordo para que sirva de exemplo – para que os jovens que desejam fazer literatura saibam que o áspero caminho da literatura é ela mesma, só ela mesma, a literatura.²

Atuando nos marcos de um contexto intelectual em que o saber especializado tendia a se definir com maior precisão, sob critérios acadêmicos, Luiz Henrique Dias Tavares tornou-se historiador de ofício.³ Embora tenha se dedicado à História, desenvolvendo seus trabalhos com notável rigor, não abandonou o desejo de fazer literatura, aprimorando-se na crônica e no conto.⁴

Ao longo de suas investidas na pesquisa histórica e na ficção, procurou manter a autonomia das linguagens, construindo em um dos seus últimos trabalhos – *Não foi o vento que a levou* (1995) – uma narrativa em que ficção e história se aproximam e se confundem na trama. Na Bahia, ainda que de uma forma tensa e angustiante, literatura, história e militância política estiveram sempre associadas.

Na novela *Não foi o vento que a levou*, Luiz Henrique Dias Tavares, sob o pano de fundo de uma história policial, com os ingredientes básicos do gênero, como sexo e violência, aborda o processo político na Bahia nos anos 1940, durante o declínio do Estado Novo, quando o Brasil sofreu ataques dos alemães e o governo Vargas viu-se obrigado a se juntar aos Aliados. A ambiência da vida intelectual em Salvador é um dos objetos da narrativa. A atmosfera das redações foi retomada, assim como a de um dos espaços mais emblemáticos de sociabilidade da intelectualidade soteropolitana: *O café das meninas*.

Na novela *Não foi o vento que a levou* sobressai a condenação de uma prática política em que fica evidente o quanto autoritarismo, corrupção e arbítrio fazem parte do mesmo composto. Os pobres e os excluídos dos postos de tomada de decisão são os que mais sofrem os efeitos dos regimes de força, ainda que não fiquem claras para eles as conexões entre suas agruras e a alta política. Em última instância, não tem recursos de qualquer ordem para se protegerem de poderes que prosperam sob uma ditadura. Esta tem seus efeitos sobre a vida cotidiana no desdobramento do exercício pervertido do poder por parte daqueles que integram a vasta rede da burocracia civil e militar que, como braço do Estado, atinge o cidadão comum. Ainda que cronologicamente situe a trama nos anos do Estado Novo, sobretudo na fase de seu declínio, a obra de Luiz Henrique Dias Tavares remete às relações entre o indivíduo e o Estado, qualquer que seja sua natureza. Neste aspecto, a narrativa ganha força

² Luiz Henrique Dias Tavares. “Discurso de Posse”. *Revista da Academia de Letras da Bahia*. Salvador, v. XXII: 49, 1972.

³ Entre outras, escreveu, na década de 1960, *História da sedição tentada na Bahia em 1798 (“a conspiração dos alfaiates”)* (1975), seguida de *A independência do Brasil na Bahia* (1977) e *Comércio proibido de escravos* (1988).

⁴ Luiz Henrique Dias Tavares publicou *A noite de um homem* (contos; 1960), *Moça sozinha na sala* (crônicas; 1961), *Menino pegando passarinho* (crônicas; 1964), *Senhor capitão; A heróica morte do combativo guerreiro* (novelas; 1967), *Homem deitado na rede* (crônicas; 1969).

como expressão literária e se realiza nos seus propósitos. Conteúdo e forma se encontram coerentemente no emprego ágil dos diálogos, aproximando o ritmo da trama do tempo da política, sempre acelerado. A lentidão fica por conta da vida cotidiana que parece obedecer às morosas alterações de velhas estruturas sociais da Bahia negra e mestiça, indiferentes ao sobe e desce de suas elites dirigentes, revezando-se no poder.

Se, por um lado, a Salvador representada na obra era campo aberto à prostituição de menores, impunidade de políticos e ameaças, por outro, a militância e a resistência jamais desertou das condutas, principalmente da juventude. Um ligeiro auto-retrato do autor é esboçado e neste procedimento escapa uma nota autobiográfica não apenas do romancista, mas de uma geração que, sob a bandeira de “União Nacional”, cerrou fileiras contra o Estado Novo.

Na novela dramatiza-se um caso de estupro seguido de morte de uma jovem das camadas populares. A politização do drama se dá na medida em que o narrador cruza a rotina dos segmentos subalternos com a militância e a repressão. História, literatura e política articularam-se sob a pena de um autor em cuja formação pesaram os métodos do historiador, mas que, neste caso, foram colocados em plano secundário. O resultado de sua operação literária foi uma novela histórica. E, ainda que tardio, um acerto de contas com o Estado Novo.

Mesmo que se considerem as numerosas mudanças que ocorreram no universo das letras nacionais, no que tange à Bahia, determinados núcleos temáticos persistiram em obras lançadas na primeira década do século XXI. Os modos de viver e a dinâmica política em espaços distantes do litoral continuaram inspirando romancistas. A política oligárquica entrelaçada com o mandonismo local e as rotinas nas redações dos jornais foram retomadas em perspectiva de sátira. É o que se constata em *De paixões e de vampiros: uma história do Tempo da Era* (2005) e *Um rio corre na lua* (2007), de Ruy Espinheira Filho (1942).

As reverberações da política nacional em uma pequena cidade do interior são a matéria do romance *De paixões e de vampiros: uma história do Tempo da Era*. Sob o pano de fundo das disputas entre lideranças do mandonismo local, narra-se a rotina de um ginasião que aspira tornar-se escritor. O protagonista acredita que começar como repórter no jornalzinho local poderia levá-lo a concretizar seus sonhos. Dirigido por um boêmio jornalista, que espalha pela cidade poemas ao sabor das paixões e escreve discursos de encomenda para políticos locais, o periódico *Folha de Manacá da Serra* permite a iniciação do protagonista, de dezesseis anos, no universo das letras. Além de narrar um ano da vida do jovem, o romance reconstitui em pequena escala o ambiente político em que se processou a disputa eleitoral para a Presidência

da República de 1960 entre o “General”, o “Homem da Vassoura” e o “Rouba Mas Faz”. Os chefes políticos locais e suas práticas são satirizadas ao se colocarem como base de apoio para os candidatos majoritários, também apresentados em tom jocoso, com ênfase no traço bizarro de suas *performances*. A referência ao modesto periódico do lugar funciona como indicador das mudanças na conduta dos clãs que disputavam o poder local em cujas lutas as “armas brancas e a repetição de papo-amarelo” deixaram de ser convocadas como dispositivo de decisão das contendas políticas.

Os quadros da vida interiorana delineados em *De paixões e de vampiros* foram reconstituídos, com mais cores e movimentos, em *Um rio corre na lua*. Neste romance, Ruy Espinheira Filho, com pequenas peças, remonta o quadro de um imaginário lugarejo do sertão. Com seus tipos característicos, a rotina em Rio da Lua, onde se verifica a trama, é mostrada em uma narrativa sem datas, embora o ritmo da vida de seus habitantes seja passível de localização no tempo. Um tempo, porém, bastante distendido. A escrita desenvolve-se no espaço de um parêntese voltado para abrigar um momento das sociabilidades vividas em reduzida escala temporal em torno de um episódio: a aparição de uma imagem sagrada.

O romance mostra, a partir do acontecimento, um país que se repete e resiste às mudanças. Os artifícios da alta política aparecem na narrativa em suas colorações locais, nos exercícios de pequenos poderes, assim como todos os demais aspectos que configuram as dimensões universais da existência individual e coletiva. O episódio do aparecimento da santa em uma vidraça residencial e seus efeitos sobre a população local revela traços estruturais de certa comunidade marcada pelo catolicismo popular e pela aproximação com a magia e com o sobrenatural que a vida cotidiana comporta em pequenas povoações do interior ainda pouco tocadas pelos elementos da modernidade. Rio da Lua tem somente duas pequenas frestas abertas para o moderno: o cinema, que pela perspectiva da trama não há como resistir, e a imprensa, representada pelo jornalzinho *O Vigilante*, conduzido pelo único jornalista da terra, Arismatéia dos Santos, que, sem futuro, ruma para a capital, para talvez nunca mais voltar, como se estivesse deixando para trás um pedaço do passado do país. Mais uma vez, um jornalista e um Brasil dividido ocupam lugar central na prosa baiana. Assim, voltamos a encontrar *O país do carnaval* e seu protagonista, Paulo Rigger. Na Bahia das letras, além da política, o tema mais recorrente foi a própria literatura e seus difíceis caminhos. Caminhos que passavam sempre pela redação de um jornal na capital ou em um distante município do sertão, lugar de origem da maioria dos “homens de letras” do estado e onde, para muitos, tudo começou.

Referências

ARAÚJO, Jorge de Souza. Bahianos com H: a pretexto de uma introdução crítica. In: LEITE, Gildeci de Oliveira (org.). *Vertentes culturais da literatura na Bahia*. Salvador: Quarteto, 2006.

ARAÚJO, Jorge de Souza. *Floração de imaginários: o romance baiano no século 20*. Itabuna/Ilhéus: Via Litterarum, 2008.

AMADO, Jorge. *O país do carnaval*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ESPINHEIRA FILHO, Ruy. *De paixões e de vampiros: uma história do Tempo da Era*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

ESPINHEIRA FILHO, Ruy. *Um rio corre na lua*. Belo Horizonte: Editora Leitura, 2007.

GUERRA, Guido. *Percegonho céu azul do sol poente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

GUERRA, Guido. *As aparições do Dr. Salu e outras histórias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

GUERRA, Guido. *Ela se chama Joana Felicidade*. Rio de Janeiro: Record, 1984.

GUERRA, Guido. *Lili Passeata*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1985.

GUERRA, Guido. *Vila Nova da Rainha Doida*. Rio de Janeiro: Record, 1998.

LIMA, Hermes. *Travessia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

RAILLARD, Alice. *Conversando com Jorge Amado*. Tradução Annie Dymetman. Rio de Janeiro: Record, 1990.

SANT'ANNA, Sérgio. *Um romance de geração: teatro-ficção*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

TAVARES, Luiz Henrique Dias. *Não foi o vento que a levou*. Salvador: FCJA/EDUFBA, 1995.

Recebido: 20 de agosto de 2011

Aprovado: 13 de setembro de 2011

Contato: psantos42@hotmail.com